

GÊNEROS TEXTUAIS E(OU) GÊNEROS DISCURSIVOS: UMA QUESTÃO DE NOMENCLATURA?

Eliana Dias

ILEEL/UFU
elianadias@uber.com.br

Elisete Maria de Carvalho Mesquita

ILEEL/UFU
elismcm@terra.com.br

Luísa Helena Borges Finotti

ILEEL/UFU
finottil@triang.com.br

Maria Aparecida Resende Otoni

ILEEL/UFU
cidotoni@gmail.com

Maria Cecília de Lima

ILEEL/UFU
mariaceciliadelima@gmail.com

Maura Alves de Freitas Rocha

ILEEL/UFU
maura@triang.com.br

Resumo

Este artigo objetiva apresentar uma discussão teórica sobre a adoção das expressões gênero textual ou gênero discursivo. Ao assumirmos que há distintas consequências decorrentes do uso dessas expressões, discutimos diferentes posições de alguns autores a respeito dessa dicotomia. Para isso, contamos com a contribuição de Bakhtin (2003), Adam (2008), Bronckart (2003, 1999) e Rojo (2005), principalmente. Considerando que o conceito de competência discursiva não pode ser desvinculado de conceitos como os de língua e linguagem e de sociedade, práticas sociais, instituições sociais, comunidades linguísticas e cidadania, concluímos que, uma vez conhecedor da diversidade de gêneros discursivos existentes nas diversas esferas sociais, o falante discursivamente competente pode transitar de uma instituição a outra, de uma esfera a outra, participar ativamente das práticas sociais



específicas de cada instituição e pensar em possibilidades de mudanças nessas práticas.

Palavras-chave: Gênero discursivo; Gênero textual; Competência discursiva; Ensino de língua portuguesa.

Abstract

This article presents a theoretical discussion about the adoption of the terms textual genre or discursive genre. When we assume that there are different consequences arising from the use of these expressions we discuss the different positions of some authors about this dichotomy. For this, we rely on the contribution of Bakhtin (2003), Adam (2008), Bronckart (2003, 1999) and Rojo (2005), mainly. Considering that the concept of discourse competence can not be detached from concepts such as speaking and the language and concepts such as society, social practices, social institutions, language communities and citizenship, we conclude that, since knowing the diversity of existent discursive genres in different social spheres, the speaker discursively competent can move from one institution to another, from one sphere to another, actively participate in social practices specific to each institution and think about possible changes in these practices.

Keywords: Discursive genre; Textual genre; Discursive competence; The teaching of Portuguese language.

Introdução

Nos últimos anos, principalmente, muito tem sido discutido a respeito dos gêneros. Temos observado, entretanto, que as expressões gênero textual ou gênero discursivo têm sido utilizadas ou como sinônimas ou como antagônicas. Entretanto, o uso de uma ou de outra expressão deveria significar uma escolha consciente, a explicitação dessa escolha e suas implicações.

Neste trabalho, buscamos o diálogo com estudiosos de um e de outro campo, por meio da análise das aproximações e diferenças entre eles.

Subjacente a essa opção, está a preocupação em evidenciar o campo que

propicia à prática pedagógica do ensino de língua portuguesa estratégias mais eficazes para se obter a competência discursiva dos alunos.

Os Gêneros em Diferentes Perspectivas

A perspectiva de Bakhtin

Com o desenvolvimento da ciência da linguagem, os gêneros ganharam ainda mais notoriedade em diversas áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos a Linguística. O desenvolvimento desse campo e a vasta bibliografia disponível hoje a respeito desse tema, por exemplo, se devem, em parte, aos estudos realizados por Bakhtin, estudioso que possui interessante concepção de linguagem, a partir da qual decorrem conceitos como enunciação, polifonia, dialogismo e a própria noção de gêneros.

A linguagem é entendida por Bakhtin de tal modo que o sujeito passa a ocupar papel de destaque em qualquer situação de interação, uma vez que é a partir dele que se torna possível a compreensão das diversas relações sócio-históricas que caracterizam uma sociedade. Esse sujeito histórico produz enunciados, que, na verdade, são acontecimentos que exigem i) uma determinada situação histórica; ii) a identificação dos atores sociais; iii) o compartilhamento de uma mesma cultura; iv) o estabelecimento de um diálogo.

De acordo com essa visão da linguagem, o autor desenvolve o conceito de dialogismo, a partir do qual afirma que todo dizer é, irremediavelmente, perpassado por outros dizeres, que nossa voz é sempre também a voz do outro e que todos os enunciados se constituem a partir de outros. O dialogismo, ou relação dialógica entre textos, é, portanto, intrínseco à linguagem.

Outro conceito desenvolvido por Bakhtin é o de enunciação, que pode ser entendida como produto da interação que ocorre em um contexto sócio ideológico, ou seja, realização da atividade mental norteada por uma orientação social mais ampla. Sentido ou tema e significação são constituintes da enunciação, sendo eles dois conceitos que só podem ser compreendidos na interação. A significação é mais ampla, é a parte geral e abstrata da palavra que contempla sentidos dicionarizados. Já o sentido, ou tema, estabelece ligação entre os interlocutores, sendo determinado na interação entendida aqui como fenômeno histórico. Por isso, o tema é sempre novo. Quando o autor afirma que a enunciação é constituída por sentido e significação,



temos de reiterar que a significação pode ser a mesma, mas o sentido é sempre único, pois, cada interação ocorre em um momento histórico, em um contexto diverso.

A compreensão desses e de outros conceitos da teoria de Bakhtin é fundamental para que se faça uma discussão em torno dos gêneros, tema que também se tornou central em sua teoria.

Manifestos em textos, os gêneros discursivos são entendidos por Bakhtin em um enfoque discursivo-interacionista. Esse autor, que insiste no caráter social dos fatos de linguagem, considera o enunciado como o produto da interação social, sendo que cada palavra é definida como produto de trocas sociais, em um dado contexto que constitui as condições de vida de uma dada comunidade linguística. Sendo social e ocorrendo em um dado contexto, os gêneros são diversos, as produções de linguagem são diversas e são definidos como tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo caracterizados pelo **conteúdo temático**, pelo **estilo** e pela **construção composicional** dos quais se utilizam.

Esses enunciados padronizados, relativamente estáveis, marcados por aspectos sociais, históricos e temporais de seu meio, assim o são por refletirem as finalidades e condições específicas de cada instituição que, à medida que cresce em complexidade, amplia o seu repertório de gêneros discursivos. Por isso, embora pareça eternamente estável, o gênero assim não o é.

O reconhecimento dos diferentes gêneros baseia-se nas três dimensões já arroladas que são: a) conteúdo temático, b) construção composicional e c) estilo. O primeiro, segundo Rodrigues (2005), pode ser entendido como objetos do discurso. A segunda refere-se à estrutura formal propriamente dita, que, em alguns gêneros, segundo Bakhtin (1997), pode ser mais padronizada, tais como nos documentos oficiais. O terceiro, por sua vez, contempla questões individuais de seleção e opção: vocabulário, estruturas frasais, preferências gramaticais, embora Bakhtin afirme que nem todos os gêneros reflitam a individualidade, sendo os literários mais propícios para a manifestação subjetiva. Para Bakhtin (1997, p. 284):

"o estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal."

Ao analisarmos tais dimensões, temos de levar em consideração as condições sócio-históricas (tempo e espaço) e o conjunto de participantes que se utilizam do enunciado em questão, bem como de suas intenções. Entendemos, então, que os gêneros, sob a perspectiva bakhtiniana, são práticas sócio-comunicativas construídas historicamente, influenciados por fenômenos sociais e dependentes da situação comunicativa em que são enunciados. Isso significa que no momento da interação, oral ou escrita, recorreremos a um gênero, que, apesar de ser inerente a cada situação discursiva, revela a necessidade dos participantes envolvidos nessa situação, a vontade do enunciador, a intenção do falante, ou seja, o gênero é determinado pela esfera discursiva e está presente em toda atividade comunicativa humana, representando as formas de dizer e de se interagir em cada situação específica. Assim, segundo Bakhtin (2003, p. 268), os gêneros “refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social”.

A perspectiva de Bronckart

Bronckart retoma teorias de Vygotsky e de Bakhtin – sob diferente enfoque –, e adota o projeto do interacionismo sócio-discursivo em que a linguagem surge a partir da diversidade e complexidade das diferentes práticas, o que acarreta as adaptações da linguagem e gera espécies de textos diferentes.

Assim, para Bronckart (2003, p. 72) “os textos são produtos da atividade humana e, como tais, estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos.” Essa articulação favorece a ocorrência de textos de diferentes espécies, dada a variedade de situações; por sua vez, esferas propiciam a ocorrência de espécies de textos similares que constituem os gêneros.

Considerando que as produções de linguagem relacionam-se com a atividade humana em geral, sendo necessário, portanto, delimitar as ações de linguagem na atividade coletiva, o autor considera que uma ação de linguagem exige a mobilização dos gêneros de textos.

Entretanto, dado o aspecto variável dos textos, Bronckart não considera os gêneros como objeto de análise, e sim os textos. E, para explicitar a organização interna do texto, lança mão da metáfora do “folhado textual”.

Assim, o texto seria constituído por três camadas em sobreposição: a



infraestrutura geral do texto; os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Bronckart considera que:

"essa distinção de níveis de análise responde adequadamente à necessidade metodológica de desvendar a trama complexa da organização textual, mas a lógica de sobreposição que propomos se baseia, mais profundamente na constatação do caráter hierárquico (ou pelo menos parcialmente hierárquico) de qualquer organização textual" (Bronckart, 2003, p. 119).

As três camadas do folhado textual resumem-se da seguinte forma: a infraestrutura geral do texto, considerada por Bronckart como o nível mais profundo, constitui-se pelo plano geral – organização do conteúdo temático; pelas articulações entre tipos de discurso; pelas articulações entre tipos e sequências.

Essa primeira camada constitui uma releitura de Adam (1993), uma vez que Bronckart retoma as sequências textuais, mas atribui a elas estatuto discursivo. Por sua vez, os mecanismos de textualização, considerados de nível intermediário, são responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática, que se explicita por meio de organizadores textuais. Essa explicitação ocorre por meio dos mecanismos de conexão e de coesão. Já os mecanismos enunciativos, de nível superficial, são os responsáveis pela manutenção da coerência pragmática do texto, explicitando posicionamentos enunciativos como a inserção de vozes nos textos, as modalizações.

Em uma análise rápida, é possível perceber que os dois primeiros conceitos que sustentam o folhado textual ancoram-se em concepções originárias da Linguística Textual e da Gramática Tradicional, o que explica o fato de os seguidores do Interacionismo sócio-discursivo adotarem a nomenclatura "Gêneros de Texto", diferentemente de Bakhtin.

A perspectiva de Adam

Ainda com o objetivo de delinear algumas diferenças existentes entre os gêneros discursivos e os gêneros de texto, não poderíamos deixar de focar os trabalhos de Adam, principalmente aqueles que foram desenvolvidos a partir de sua obra de 1992, obra essa que se caracteriza pela proposta de uma análise textual, com base na noção de sequência textual.

Inicialmente é preciso esclarecer que esse teórico se especializou em estudar o

texto e o discurso, sob o enfoque sócio-discursivo, tendo por base os conceitos bakhtinianos de gênero e de enunciado. Em sua obra de 1992, a noção de gênero foi preterida em função da dimensão textual, visto que, para ele, interessava prioritariamente analisar os componentes mais ou menos estáveis, ou seja, as sequências, que são delimitáveis em uma tipologia.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que, para o autor, a unidade textual elementar é o que ele denomina de proposição-enunciado, ou seja, produto de um ato de enunciação, de valor pragmático. Essas proposições-enunciados em conjunto ou macroproposições, ao se relacionarem umas com as outras, formam uma unidade estrutural complexa, as sequências textuais, que se caracterizam por sua organização interna. A essas combinações estabelecidas entre as proposições, que configuram as sequências, “correspondem cinco tipos de relações macrossemânticas memorizadas por impregnação cultural (pela leitura, escuta e produção de textos) e transformadas em esquema de reconhecimento e de estruturação da informação textual.” (Adam, 2008, p. 204). São elas: narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e descritiva.

Por sequência narrativa, entende-se a exposição de fatos por meio de ações (cujo papel do agente é essencial) e de eventos (efeito de causas em que o agente não intervém). Sua estrutura de base é constituída por cinco macroproposições ou momentos, a saber: uma situação inicial; um desencadeador ou nó; uma re-ação ou avaliação; um desenlace ou resolução e uma situação final.

Por sequência argumentativa, entende-se a ação de demonstrar-justificar ou de refutar uma tese ou argumentos, por meio de conhecimentos colocados, com o objetivo de convencer o interlocutor. Sua estrutura esquemática pode ser assim representada: apresentação de dados (premissas/fatos), ancorados em argumentos-provas, seguidos ou não por contra-argumentos, que remetem a uma conclusão-asserção (nova tese).

Por sequência explicativa, entende-se geralmente um segmento curto, formado por proposições, em que se combina um SE (introdutor de um problema) com É QUE ou É PORQUE (introdutor de explicação), cuja função é transformar um estado de conhecimento. Sua estrutura esquemática é composta por: uma esquematização inicial destinada a introduzir o objeto problemático; a questão ou problema; a explicação ou resposta e, por último, a ratificação-avaliação.

Por sequência dialogal, entendem-se os atos de linguagem, produzidos por dois



interlocutores por meio de intercâmbios, que, ao se combinarem no evento da interação, constituem as sequências. Sua estrutura canônica é composta por pergunta, resposta e avaliação e, em torno desse núcleo transacional, podem haver sequências fáticas de abertura e fechamento.

Por sua vez a sequência descritiva, “diferentemente dos outros quatro tipos de sequência, não comporta uma ordem de agrupamentos das proposições-enunciados em macroproposições ligadas entre elas” (Adam, 2008, p. 215). Nesse sentido, no nível da composição textual, o que se tem são operações de tematização: de ancoragem (denominação inicial do objeto); de ancoragem diferida (em que a denominação do objeto só aparece no final da sequência) e de retematização ou reformulação (nova denominação do objeto, finalizando a sequência).

Considerando que essas sequências têm por propósito realizar um objetivo, ao compreendermos as macroproposições da qual derivam os macroatos do discurso, poderemos designar os gêneros discursivos, uma vez que, segundo Adam (2008, p. 344-345), “todo texto tem uma existência inseparável de outros textos que trabalham sua bela, mas ilusória unidade: a co-textualidade”.

Visto sob esse prisma, a posição de Adam tem por base uma análise dos gêneros focada na textualidade, na materialidade textual, ou seja, uma análise textual que se fundamenta em textos concretos. No entanto, em sua obra mais recente, de 2008, percebemos que o autor se propõe a redirecionar o foco de análise para uma interrelação entre a linguística textual e a análise do discurso.

O texto, objeto empírico de investigação e análise, passa a ser concebido de forma mais abrangente, por uma teoria interdisciplinar que pretende investigá-lo em consonância com o discurso das diferentes ciências da linguagem. E é, por essa razão, que Adam conceitua a linguística textual “como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (Adam, 2008, p. 43). Ou seja, a linguística textual se ocuparia das operações que regulam a ligação e a segmentação das proposições no texto, enquanto a análise dos discursos se ocuparia dos enunciados, a partir das regulações impostas pelas situações de interação, pelos lugares sociais, pelas línguas e pelos gêneros.

Nesse sentido, considerando o papel e as tarefas da linguística textual, Adam propõe-se a analisar as unidades textuais, envolvidas nas operações de textualização, quanto; à textura (proposições enunciadas e períodos); à estrutura composicional

(sequências e planos de textos); à semântica (representação discursiva); à enunciação (responsabilidade enunciativa) e coesão polifônica e aos atos de discurso (ilocucionário) e à orientação argumentativa.

Para isso, ele postula que “toda ação de linguagem inscreve-se em um dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação discursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua (socioleto) e a gêneros do discurso” (Adam, 2008, p. 63). Ou seja, como toda formação discursiva se atualiza pelo interdiscurso (base das formações sociodiscursivas) e pela interdiscursividade, Adam (2008, p. 45) afirma que:

“Considerando as línguas e os gêneros como componentes sistêmicos de base da interdiscursividade, definimos esta última como um reservatório de memória que torna possível (preservando ou proscurendo) a formulação (ou formulações) dos enunciados, tanto na produção como na interpretação, nas comunidades sociodiscursivas de autores, de editores(no sentido amplo de instâncias responsáveis pela fixação e pela difusão de um texto sobre um suporte-meio) e de leitores-ouvintes (interpretantes).”

Essa assertiva nos autoriza a dizer que o autor tem encaminhado seus trabalhos para os gêneros do discurso, a partir de um reposicionamento entre os conceitos de contexto, co-texto e texto(s). Ou seja, nessa nova perspectiva, os conceitos de texto e discurso se sobrepõem e se cruzam em função do tipo de análise escolhida e, mais ainda, para o autor, o contexto não é sinônimo de condições de produção, uma vez que não temos acesso ao contexto propriamente dito, mas exclusivamente a aspectos extralingüísticos, com base nas reconstruções efetivadas pelos sujeitos falantes.

Além disso, como “a contextualização se dá a partir da memória do texto que se acaba de ler e, na sua falta, da memória dos textos lidos” (Adam, 2008, p. 54), é preciso considerar a época em que um texto é escrito, se ocorre textualizações sucessivas e se essas acarretam mudanças na materialidade discursiva, dando mobilidade ao sentido. Em outras palavras, para se analisar um texto em sua plenitude, é necessário que a dimensão discursiva seja considerada.

Antes de encerrarmos esta seção, entendemos ser pertinente a apresentação do ponto de vista de Rojo (2005), que traça algumas distinções importantes entre as nomenclaturas utilizadas para a definição de gênero, com o intuito de esclarecer em que se baseiam os analistas quando se utilizam de uma ou outra determinação para



os gêneros.

A partir de estudos preliminares, com base em estudiosos nacionais e internacionais, Rojo observou, em primeira instância, que independentemente da filiação teórica desses autores, todos recorriam a uma base comum: os estudos de Bakhtin. No entanto, embora esses autores objetivassem um trabalho com gêneros de enunciados ou de textos pertencentes a um gênero, ao concretizarem suas análises, o faziam por meio de categorias analíticas distintas. Ou seja, os analistas do discurso recorriam às marcas linguísticas determinadas pelas situações de enunciação que produziam significações e temas relevantes no discurso e, ao fazê-lo, utilizavam-se de um aporte teórico de base enunciativa. Os analistas textuais, por sua vez, recorriam às bases teóricas da linguística textual, com o intuito de analisar a estrutura ou forma composicional, que se fazem presentes na composição dos textos dos gêneros.

Essas duas vertentes de análise demonstram, segundo a autora, que há diferenças de método e de concepção. Aqueles que adotam os gêneros discursivos darão prioridade para a significação dos enunciados, para a acentuação valorativa e o tema, perceptíveis por meio das marcas linguísticas, pelo estilo e pela forma composicional do texto. Em contrapartida, para aqueles que adotam os gêneros textuais, a significação é preterida e abordada apenas em relação ao conteúdo temático.

Essas diferenças na apreensão da significação se devem em grande parte, segundo a autora, aos problemas decorrentes das várias interpretações bakhtinianas de gênero como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Como cada perspectiva teórica aplica a sua maneira esse conceito, as dimensões dos gêneros, a saber: os temas (conteúdos ideologicamente conformados que se tornam dizíveis por meio dos gêneros); as formas composicionais (estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero); o estilo ou marcas linguísticas (configurações específicas das unidades de linguagem, traços das posições enunciativas do locutor) e a apreciação valorativa do locutor a respeito dos temas e dos interlocutores de seus discursos, não são devidamente considerados, não podendo ser compreendidas.

Nesse sentido, ao se trabalhar com o gênero, deve se abordar primeiramente as instâncias sociais, ou seja,

“os aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a

vontade enunciativa do locutor- isto é , sua finalidade, mas também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos – e, a partir desta análise, as marcas linguísticas (formas de texto enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem no enunciado/texto, esses aspectos da situação" (Rojo, 2005, p. 196).

Competência Discursiva

Segundo Perrenoud (2000, p. 17), a competência é “uma capacidade de agir eficazmente em um tipo de situação, capacidade que se apóia em conhecimentos, mas não se reduz a eles”, não podendo essa ser confundida com saberes, *savoir-faire* ou atitudes, porque, embora a competência possa integrar e mobilizar tais recursos, essa mobilização só ocorre em situação real.

Nesse sentido, para que possamos caminhar a discussão sobre essa definição, é necessário saber o que se entende por recursos cognitivos e situação real, conceitos centrais da noção de competência.

Por recursos cognitivos, entendemos a capacidade de o indivíduo fazer uso da linguagem, por meio de processos psicológicos complexos, que envolvem o desenvolvimento de conceitos, de memória lógica, de abstrações, da promoção de comparações e diferenciações etc. Dito de outra maneira, tais recursos incluem:

"a recepção e o processamento (recodificação) da informação, com a seleção de seus elementos mais importantes, e a retenção, na memória, da experiência assim obtida; enunciação da tarefa ou formulação de uma intenção, com a preservação dos correspondentes motivos da atividade, a criação de um padrão (ou modelo) da ação requerida, e produção do programa apropriado (plano) para controlar a seleção das ações necessárias; e finalmente, a comparação dos resultados da ação com a intenção original" (Luria et al., 1988, p. 204).

Já a situação real pode ser entendida como uma situação singular, em que se requer a mobilização de determinadas competências para se realizar uma ação eficaz que seja capaz de ser adaptada àquela situação em tempo real.

Diante disso, entendemos que a competência manifesta-se na ação, implicando em uma atualização dos saberes e experiências dos sujeitos envolvidos. Afinal, segundo Perrenoud (2000, p. 27), “as competências existem [...] como um efeito



adaptativo do homem às suas condições de existência”.

O referido autor explica que cada pessoa, de formas diferentes, acaba por desenvolver competências para a resolução de novos e diferentes problemas e, para isso, aciona ou seleciona recursos variados, ou seja, constrói ferramentas para se chegar ao objetivo. É necessário lembrar que os seres humanos são diferentes e não vivem as mesmas situações. Eles desenvolvem diferentes competências adaptadas cada qual a seu modo.

Sabemos que a competência discursiva engloba outras, tais como: a competência linguística, – capacidade de usar, nas diversas situações de comunicação, os recursos linguísticos que a língua oferece - proposta por Chomsky (1971); a competência textual – a capacidade que todo usuário tem de reconhecer um texto como uma unidade de sentido coerente e de produzir textos coerentes de diversos tipos – proposta por Van Dijk (1972); a competência comunicativa – capacidade de usar a língua de acordo com a situação e local onde o falante se encontra, de saber quando falar, quando não falar, a quem falar, com quem, onde e de que maneira; de saber e de usar as regras do discurso específico da comunidade na qual se insere – proposta por Dell Hymes (1984).

Nesse sentido, para o entendimento do que é a competência discursiva, não se podem dissociar os conceitos de língua e linguagem de conceitos como os de sociedade, práticas sociais, instituições sociais, comunidades linguísticas e cidadania.

É importante destacar que cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto socio-histórico e cultural. Assim, para uma melhor participação nas práticas sociais, é preciso que o indivíduo saiba ler e produzir diferentes gêneros associados a diferentes práticas sociais. Isso está diretamente relacionado ao desenvolvimento da competência discursiva, compreendida como a capacidade que os usuários da língua devem ter para escolher o gênero mais adequado aos seus propósitos, na prática de produção de textos, e de, na prática de leitura, reconhecer o gênero em evidência, suas especificidades e a prática social a qual ele está vinculado.

A competência discursiva só pode ser adquirida na interação verbal por meio dos gêneros, dentro das práticas sociais. Ela possibilita, ao usuário da língua, transitar de uma instituição a outra, de uma esfera a outra, participar ativamente das práticas

sociais específicas de cada instituição e pensar em possibilidades de mudanças nessas práticas.

Essa competência, de acordo com Baltar (2003; 2004), diz respeito à capacidade de mobilizar recursos de vários níveis para interagir sócio-discursivamente. Isso implica: o conhecimento e escolha dos gêneros presentes nos ambientes discursivos; o domínio das estruturas relativamente estáveis que compõem esses gêneros; o conhecimento dos mecanismos de textualização e de enunciação; a capacidade de mobilizar conteúdos temáticos, tendo em vista o ambiente discursivo e as posições de sujeito dos interlocutores; a capacidade de transferir saberes oriundos de um trabalho de ensino-aprendizagem num ambiente escolar para poder transitar em outros ambientes discursivos e, ainda, perceber a divisão das vozes sociais e das instituições que as sustentam.

Dessa forma, um usuário da língua com competência discursiva reconhece que a língua oferece-lhe um infinito repertório de gêneros e sabe que, ao produzir seus textos, deve fazer uma escolha, dentro desse repertório, em conformidade com seus propósitos na interação verbal, com seus interlocutores e com a esfera social na qual seu texto circulará.

Conclusão

As considerações feitas sobre as diferenças entre gênero textual e (ou) gênero discursivo levam-nos a crer que um trabalho com essas entidades deva ser pautado nas concepções de gênero discursivo, uma vez que entendemos que o acesso à diversidade de gêneros e o estudo dos gêneros devem nortear o processo de ensino e aprendizagem da língua, o qual deve ter como objetivo principal desenvolver a competência discursiva de seus usuários.

Desse modo, é fundamental que o ensino da língua se dê por meio dos gêneros discursivos. Só assim, conseguiremos desenvolver a competência discursiva dos alunos.

Referências Bibliográficas

- Adam, J. M. (2008). *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Baltar, M. (2004). A validade do conceito de competência discursiva para o ensino de



língua materna. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, 5(1), 209-228, jul./dez.

- Baltar, M. (2003). *A competência discursiva através dos gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula*. Tese do programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bronckart, J-P. (2003). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Bronckart, J-P. (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Bronckart, J-P. (1985). *Le fonctionnement des discours: un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Lausanne: Delachaux & Niestlé.
- Chomsky, N. (1971). *Aspects de la théorie syntaxique*. Paris: Le Seuil.
- Dell Hymes, H. (1984). *Sur la compétence de communication*. Paris: Gallimard.
- Luria, A. R. Vigosky, L. S., & Leontiev, A. N. (1988). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone - Editora da Universidade de São Paulo.
- Perrenoud, P. (2000). *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rodrigues, R. H. (2005). Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In J. L. Meurer, A. Bonini, & D. Motta-Roth (Org.), *Gêneros: teorias, métodos, debates* (pp. 153-183). São Paulo: Parábola.
- Rojo, R. (2005). Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In J. L. Meurer, A. Bonini, & D. Motta-Roth (Org.), *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola.
- Van Dijk. (1972). *Some aspects of text grammars: a study in theoretical linguistics and poetics*. The Hague: Mouton.